

## **MATERNIDADE DE FILHO COM DEFICIÊNCIA E MERCADO DE TRABALHO: VOZES DE MÃES QUE VIVENCIAM ESSA COMPLEXA REALIDADE**

*Angela Maria Souza Silva Vidal de Oliveira*<sup>ID<sup>1</sup></sup> e *Josiane Peres Gonçalves*<sup>ID<sup>2</sup></sup>

### **Resumo**

Durante todo o processo de preparação para a maternidade, não existe entre as mulheres o desejo de ter um filho com alguma limitação, pois além de resultar em sofrimento familiar, poderia interferir no exercício profissional feminino, devendo a mãe ter que conciliar a profissão com as necessidades da criança. Assim, a pesquisa teve o objetivo de identificar os desafios que mães de filhos com deficiência enfrentam para atuar no mercado de trabalho. O referencial teórico baseia-se em discussões sobre a mulher, relações com o trabalho e maternidade de filhos com deficiência. A pesquisa de campo, de natureza qualitativa, foi realizada em um município do interior do Estado de Mato Grosso do Sul com quatro mães de pessoas com deficiência que trabalhavam fora de casa. Os resultados apontam que a maior dificuldade das mulheres foi se deparar com a deficiência dos filhos; algumas voltaram para o mercado de trabalho rapidamente por questões financeiras e outras aguardaram um tempo, para então se dedicar à carreira profissional; para as mães que participaram da pesquisa, a possibilidade de trabalhar fora era entendida como forma de obter equilíbrio emocional e estar de bem consigo mesmas. Constata-se que trabalhar fora de casa é considerado um fator importante para mulheres que são mães de filhos com deficiência.

**Palavras-chave:** Relações de gênero; Mercado de trabalho; Deficiência.

## **MATERNITY OF A CHILD WITH DISABILITY AND THE LABOR MARKET: VOICES OF MOTHERS WHO EXPERIENCE THIS COMPLEX REALITY**

### **Abstract**

During the entire process of preparation for maternity, there is no desire among the women to have a child with some limitation, because in addition to resulting in family suffering, it could interfere with the female professional exercise, leaving me to reconcile the profession with the needs of upbringing. So, the research has the objective of identifying the challenges that more than children with disabilities face to act in the labor market. The theoretical referential is

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Graduada em Geografia pelas Faculdades Integradas de Naviraí-MS (FINAV). Servidora da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com Pós-Doutorado pela mesma instituição. Professora dos Programas de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus do Pantanal (CPAN/UFMS) e da Faculdade de Educação (FAED/UFMS). Docente dos cursos de Pedagogia e Ciências Sociais do Campus de Naviraí (CPNV/UFMS). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação (GEPDGE), vinculado à Rede Internacional América Latina, África, Europa, Caribe (ALEC).



based on discussions about women, relationships with work and maternity of children with disabilities. The field research, of a qualitative nature, was carried out in a municipality in the interior of the State of Mato Grosso do Sul with four more people with disabilities who work outside their home. The results show that the greater difficulty of the women was faced with the deficiency of two sons; Some will return to the job market quickly because of financial quests and others will wait a while, to then dedicate themselves to a professional career; For the more that participated in the research, the possibility of working outside was understood as a way of obtaining emotional balance and being in good spirits with oneself. It knows that working outside the home is considered an important factor for women who are more than children with disabilities.

**Keywords:** Gender relations; Labor market; Deficiency.

## 1. Introdução

Historicamente a maternidade esteve relacionada com a função reprodutora do sexo feminino, sendo entendida como um dos principais papéis sociais desempenhados pelas mulheres, visto que desde a infância as meninas foram educadas para cuidar de filhos, marido e afazeres domésticos. Mesmo com a chegada do século XXI, período em que as mulheres das sociedades ocidentais industrializadas deixaram de ter somente vida privada, passando a conquistar diversos espaços públicos, a maternidade continua sendo idealizada por muitas mulheres como sendo uma das formas importantes de realização feminina.

Embora existam cada vez mais mulheres que optam por não ter filhos, muitas outras sofrem por terem dificuldades de engravidar e buscam por tratamentos diversificados, a fim de conseguir realizar o sonho de tornar-se mãe. Ou seja, a experiência da maternidade continua sendo considerada importante para a maioria das mulheres e geralmente, a chegada de um filho costuma ser desejada e aguardada com muita alegria. É comum durante a gestação, ao comentar sobre a chegada do bebê, as pessoas opinarem: “Se tiver saúde é o que importa”. Mas, e no caso de o bebê não ter muita saúde, nascer com algum tipo de deficiência ou adquiri-la posteriormente?

Esses são aspectos complicados para as famílias, sobretudo para as mulheres, porque nesse caso a maternidade não resulta somente em alegrias, tornando-se bastante conflituosa. Quando se trata da mãe que trabalha fora de casa, surge uma nova preocupação porque muitas vezes se espera que a mulher fique em casa cuidando do filho com deficiência, contudo, além dos aspectos financeiros, existe também a realização pessoal feminina, que vai além da maternidade e muitas mulheres sentem a necessidade de seguir a carreira profissional. E quando a mãe volta a trabalhar fora, normalmente recebe muitas cobranças sociais e ela também pode se sentir culpada por não cuidar do filho com deficiência o tempo todo. Trata-se de um momento difícil para essas mulheres e mães, pois necessitarão de muito esforço e empenho para



conseguirem conciliar a maternidade e o trabalho, procurando tanto ser uma mãe, quanto profissional competente.

Diante desse contexto, surge o questionamento: Como as mulheres que têm filhos com deficiência encaram a realidade de assumir as responsabilidades maternas e também trabalhar fora de casa? Para tentar encontrar possíveis respostas para tal indagação é que se justifica a realização do presente estudo que tem por finalidade identificar os desafios que mães de filhos com deficiência enfrentam para atuar no mercado de trabalho, destacando as experiências vivenciadas por essas mulheres que optaram por seguir a carreira profissional, mesmo após descobrir a deficiência dos filhos.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram feitas entrevistas com algumas mulheres que são mães de filhos com deficiência e trabalhavam fora de casa, além da pesquisa bibliográfica fundamentada em diversos autores que abordam sobre a mulher e o mercado de trabalho e maternidade de filhos com deficiência, conforme apresentado na sequência.

## **2. A mulher e o trabalho**

A mulher sempre trabalhou, sobretudo em casa, desempenhando a função de principal responsável pelo cuidado e educação dos filhos, além de cuidar de idosos e enfermos e ainda trabalhar na roça, num contexto em que as pessoas viviam, predominantemente, na zona rural. Mas a partir do século XIX, diversas transformações ocorreram na sociedade ocidental, “como o fortalecimento do sistema capitalista, o desenvolvimento tecnológico, e o crescimento da maquinaria, fatores que contribuíram para a inserção da mão de obra feminina dentro das fábricas (Sales; Farias 2022, p. 187).

Na atualidade, “a quantidade de mulheres ativas no mercado de trabalho vem aumentando consideravelmente, elas estão ocupando participações em praticamente todos os seguimentos e buscando sempre a qualificação profissional” (Sales; Farias, 2022, p. 189). A formação escolar, principalmente universitária, é um aspecto fundamental para o desenvolvimento da carreira profissional feminina (Barboza; Gonçalves, 2022), mas ainda assim, apesar de priorizar a qualificação, elas não têm tido o devido reconhecimento social. Nesse sentido, Souza, Fernandes e Gomes (2022, p. 264) ressaltam que “As mulheres são mais escolarizadas, mas há persistência de salários menores quando comparados aos masculinos”. Acrescentam, ainda, que “num ambiente livre de discriminação o salário das mulheres deveria aumentar para que elas sejam remuneradas de forma igualitária aos homens”.

Com a ampliação da participação feminina no trabalho fora de casa, foi se evidenciando essa diferença salarial entre os homens e as mulheres, sem contar que o trabalho doméstico continua sendo realizado, predominantemente, pelo gênero feminino. E a pesar desse acúmulo de tarefas, dentro e fora de casa, ainda falta o reconhecimento da sociedade e, sendo assim:

O grande desafio para as mulheres, dessa geração, é procurar reverter o quadro da desigualdade salarial entre homens e mulheres. No entanto, elas já mostraram que além de ótimas cozinheiras, podem também ser boas motoristas, mecânicas, engenheiras, advogadas e sem ficar atrás de nenhum homem. Já está mais do que provado que as mulheres são capazes de cuidar de si, de conquistar aquilo que desejam, deixando sua marca na história (PROBST, 2003, p. 7).

Para as mulheres, a jornada de trabalho se torna muito mais intensa, pois ao final do expediente elas voltam para casa e dedicam várias horas aos afazeres domésticos, bem como aos cuidados dos filhos, sendo uma rotina altamente estressante. Por conseguinte, a posição da mulher costuma ser dificultada, pois não tem como separar sua vida familiar de sua atividade profissional. E ao atuar no mercado de trabalho, as mulheres são cobradas, até por elas mesmas, e passam a se autoexigir um bom desempenho em tudo o que fazem, no âmbito da família, da sociedade e do trabalho (Fontenele-Mourão, 2006).

Ao considerar que são muitas as cobranças da sociedade em relação às mulheres que trabalham fora de casa, e ainda têm responsabilidades domésticas e familiares, o que dizer, então, das mães que têm filhos com deficiências e assumem as demais funções que são cobradas das mulheres trabalhadoras? Essa e outras questões são analisadas na sequência.

### **3. Maternidade de um filho com deficiência e mercado de trabalho**

A maternidade se caracteriza por um processo que implica em mudanças no organismo feminino e historicamente os cuidados em relação aos filhos sempre foram funções desempenhadas pelas mulheres. Ser mãe continua sendo um desejo de muitas pessoas do gênero feminino e, quando isso ocorre, geralmente resulta em um misto de alegrias e realizações. Mas, e quando a experiência da maternidade se concretiza de um modo diferente, em que a mãe percebe que o bebê não é igual aos outros bebês e precisará de cuidados especiais por ter algum tipo de deficiência? Ao reconhecer que o filho tem e continuará tendo alguma deficiência, a família percebe que deverá encarar uma difícil realidade, visto que:

A família, que até determinado momento tinha segurança e sabia qual seu papel perante o nascimento de uma criança, quando se defronta com um diagnóstico de deficiência, começa a exprimir mudanças em seu comportamento e traz à tona uma série de complicações advindas de sentimentos de culpa, rejeição, negação ou desespero, modificando as relações familiares e sua própria estrutura. Após o nascimento, desencadeia-se um processo semelhante ao luto, trata-se de um luto pela perda da fantasia do filho perfeito, da criança sadia (Guerra *et al.* 2015, p. 460).

Com a chegada de um filho com deficiência, todos os integrantes da família sofrem e demoram um tempo para aceitar a situação. Além do mais, os pais

sabem que durante o processo evolutivo do filho terão que lidar com diferentes formas de exclusão social, conforme sinaliza Buscaglia (1993, p. 21):

Embora possam não se dar conta disso, a criança que nasce com deficiência e o adulto que sofre um acidente que o incapacita serão limitados menos pela deficiência do que pela atitude da sociedade em relação àquela. É a sociedade, na maior parte das vezes, que definirá a deficiência como uma incapacidade, e é o indivíduo que sofrerá as consequências de tal definição.

A família sempre será a responsável por oferecer aos filhos uma vida segura e estável, porque desde o nascimento as crianças dependem dos pais para toda atividade cotidiana e precisam ter condições de se desenvolver com saúde. E quando a criança, desde muito pequena, já apresenta alguma deficiência, essas atividades de vida diária, com o tempo, vão se tornando cansativas e desgastantes deixando de ser prazeroso o ato de cuidar. Um fator agravante é que “o aspecto psicológico da família, em especial da mãe, é negligenciado, ficando para a mesma apenas a função de cuidadora e de executora das ordens dos profissionais” (Guerra et al. 2015, p. 460).

Dessa forma, é importante que haja na família uma distribuição de tarefas para que a criança possa receber os tratamentos necessários, compreendidos como: os medicamentos, as terapias e os cuidados da vida diária etc., sem correr o risco de sobrecarregar somente a mãe. Segundo Buscaglia (1993, p. 87), “a fase inicial da chegada de uma criança deficiente na família continuará, sempre, causando um impacto ao andamento da organização dessa família”.

Para um melhor prognóstico dessa criança, a família será a parte principal em que um sistema que busca trabalhar o desenvolvimento de uma pessoa com deficiência, terá que estar atento, procurando passar as orientações e o suporte necessários para essas famílias, como apoio psicológicos e, por vezes, medicamentosos. É nessa família que, desde que nasce, a criança passará a maior parte do tempo e em outros momentos precisará fazer tratamentos diversos. Logo, é importante que a família seja atendida e esteja bem, para que possa proporcionar condições necessárias ao desenvolvimento da criança.

A família é a base de tudo, é o vínculo eterno do amor e da compaixão, da amizade mais pura e do entregar-se sem cobranças, principalmente no que se refere à vivência e à troca do amor entre mães e filhos com deficiência, o que gera sentimentos e reações próprias, como superação e coragem, ao enfrentar as intempéries das situações vivenciadas de maneira diferente, haja vista que se a carência gera a competência, o sofrimento gera a capacitação (Guerra et al. 2015, p. 460).

Com as cobranças do sistema capitalista, a mulher que se tornou mãe precisa retornar ao mercado de trabalho e, nesse momento, surgem as preocupações relacionadas à separação do filho, ainda mais com o agravante da deficiência. Segundo Fontelene-Mourão (2006), essa conciliação entre a maternidade e exercício de uma profissão, pode ser muito difícil para as mães,

tanto no aspecto físico quanto emocional, que podem ser agravados em algumas circunstâncias, como as necessidades especiais da criança.

Quando a mulher decide começar a exercer uma profissão, ela fica se sentindo dividida, pois de um lado está seu filho indefeso com deficiência, de outro estão as necessidades financeiras. Geralmente as mães acreditam que quem deve cuidar com qualidade dos filhos são elas, tornando-se assim uma escolha muito mais angustiante, ainda mais quando uma mulher não consegue contar com o apoio do companheiro. Para Louro (2007, p. 446), "A conciliação entre o casamento, a maternidade e uma carreira profissional continua sendo uma das grandes dificuldades enfrentadas pelas mulheres".

As mães que se encontram nesta situação, da maternidade de uma criança com deficiência, e desejam iniciar uma atividade remunerada, existe uma lei de amparo para servidoras públicas estaduais de redução de carga horária para acompanhar filho com necessidades especiais. A referida lei também poderá beneficiar muitas mulheres que almejam sua independência financeira, servindo de incentivo para elas voltarem a estudar, buscando a aprovação em um concurso público para que possam trabalhar e contribuir para a aposentadoria, se preparando para a velhice e com estabilidade financeira.

No caso do Estado de Mato Grosso do Sul, a Lei nº 1.134, de 26 de março de 1991 foi alterada pela Lei nº 1.656, de 18 de março de 1996, passando a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º Fica assegurado a servidora pública estadual, sujeita ao regime mínimo de 40 (quarenta) horas semanais e que tenha filho portador de deficiência, o direito de se afastar do trabalho em um de seus turnos" (Mato Grosso do Sul, 1996).

Cabe salientar que para o Estado é compensador reduzir a carga horária de trabalho das mães, do que pagar os cuidados necessários para sobrevivência das pessoas com deficiência, sendo muito elevado o valor para manter um centro de atendimento integral a essas pessoas, com médicos, fonoaudiólogos, psicólogos e demais especialidades.

O tratado desta lei poderia ser estendido aos homens, pois muitos pais na ausência das mães se tornam responsáveis por acompanharem seus filhos com deficiência, e nesse contexto são tão responsáveis quantos as mães. Em alguns casos, dependendo da profissão do pai e da deficiência do filho, talvez fosse interessante o homem ter a dispensa e não a mulher. Mas como historicamente sempre foram as mulheres que cuidaram de crianças, de pessoas enfermas, idosas e com deficiência, a lei já prevê que a mãe é quem deve assumir essa função e não o pai. Entretanto, entende-se que pode ser repensada, para incluir também os homens, nos casos em que for considerado mais adequado para as famílias de pessoas com deficiência.

#### **4. Metodologia**

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica e de campo, cujo objetivo é identificar os desafios vivenciados por mães de filhos com deficiência, especialmente em relação ao mercado de trabalho. Ao abordar sobre



a relevância das investigações científicas, Godoy (1995, p. 58) destaca que: “a pesquisa se caracteriza como um estudo que tem como finalidade a descoberta de novas informações ou relações, com intuito de ampliação dos conhecimentos já existentes”. O trabalho investigativo constitui em procurar entender a realidade de um determinado assunto, como no caso deste estudo, que se refere às mães de pessoas com deficiência atuantes no mercado de trabalho, e assim saber como agir frente a essa realidade.

Por tratar-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, o instrumento utilizado para o levantamento de dados se caracteriza como entrevistas semiestruturadas que foram gravadas em áudio, transcritas para então serem analisadas. Ao refletir sobre essa forma de realização de coleta de dados, Manzini (1991, p. 154) argumenta:

Será em um assunto sobre o qual realizaremos um roteiro com perguntas principais complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas a entrevistas [...] nesse tipo de entrevista é feita uma pergunta que serve de estímulos podendo fazer emergirem várias informações do entrevistado, dando maior liberdade a pessoa entrevistada.

A escolha das participantes da pesquisa, que residiam em um município do interior do Estado de Mato Grosso do Sul, se deu a partir dos seguintes critérios: a) ser mãe de filho com deficiência; b) trabalhar fora de casa; c) ter formação e condições socioeconômicas diferenciadas. Assim, inicialmente foram feitos contatos com a APAE: associação de pais e amigos dos excepcionais do município pesquisado para então selecionar, entre às mães que atendiam aos critérios, as que tinham disponibilidade de contribuir com a pesquisa.

Quanto ao perfil das participantes da pesquisa, destaca-se que, por meio do Quadro 1, é possível evidenciar as principais características das mães, bem como dos filhos com deficiência, sendo os nomes das participantes são fictícios, para preservar suas identidades.

**Quadro 1: Perfil das Participantes da Pesquisa**

Identificação	Idade da mãe	Configuração Familiar	Profissão	Escolaridade	Deficiência do filho	Idade do filho
Ana	39	Ela e as duas filhas	Tribunal de Justiça	Superior completo	Deficiência Física e Intelectual	15
Maria	37	Ela e a filha	Auxiliar de Serviços Diversos	Ensino médio Incompleto	Deficiência Intelectual	18
Silvia	41	Ela, o esposo e dois filhos	Secretaria de Justiça	Superior completo	Deficiência Física e Intelectual	10
Olivia	55	Ela e o filho	Professora	Superior completo	Deficiência Física	32

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2022).



Baseando-se nas informações do Quadro 1, é possível perceber que a idade das mães variava entre 37 e 55 anos e o grau de escolaridade era de ensino médio incompleto à conclusão do ensino superior. É importante destacar que, durante a realização da coleta de dados, somente uma mãe mencionou que estava casada, enquanto que as outras três mulheres disseram que eram chefes de suas famílias, sendo as principais responsáveis pela manutenção e sustento dos seus filhos.

## 5. Resultados e discussões

Para melhor compreender a realidade vivenciada pelas participantes da pesquisa, é importante comentar sobre a deficiência dos filhos e porque cada uma resolveu trabalhar fora, mesmo tendo que cuidar de uma criança com deficiência. Nesse sentido, Ana salientou que sua filha apresentou enfermidades ao nascer e teve que ficar hospitalizada durante um ano, resultando em um quadro de deficiência física e intelectual. Felizmente a criança conseguiu se desenvolver satisfatoriamente e, quando foi realizada a pesquisa, a filha de Ana frequentava uma escola especializada em um período e em outro frequentava uma escola de ensino comum.

Ana também comentou que ao ser aprovada em concurso público, ela foi convocada a assumir a vaga e os médicos a orientaram a tomar posse, pois sua filha precisaria de vários tratamentos médicos e o plano de saúde do seu novo trabalho poderia contribuir com o processo de tratamento já iniciado. Assim, a sogra de Ana se dispôs a sair do trabalho para ajudar a cuidar da criança, sendo possível a mãe trabalhar fora, sem grandes problemas diante da sociedade, porque a intenção era ter maiores condições financeiras e então oferecer um melhor tratamento para a filha.

No caso de Maria, sua filha, logo ao nascer, também apresentou complicações de saúde, resultando em deficiência intelectual, mas o ritmo de desenvolvimento não permitiu que a mãe conseguisse a inclusão da criança no ensino comum. Devido às necessidades financeiras, Maria teve que retornar ao mercado de trabalho e quando a pesquisa foi realizada havia cinco anos que ela trabalhava em uma firma particular.

De forma semelhante, Silvia comentou que durante a gestação houve a suspeita de que o seu filho poderia ter alguma deficiência, mas confirmação após o nascimento, a qual resultou em um quadro de deficiência física e intelectual. Embora tenham sido feitos vários tratamentos médicos, o desenvolvimento da criança não permitiu que fosse possível frequentar uma escola de ensino comum e assim o filho de Silvia foi sempre foi atendido em uma escola especializada.

Em relação ao trabalho, a mãe relatou que chegou a atuar como professora, mas quando seu filho com deficiência nasceu, ela resolveu parar, a fim de melhor entender a nova situação e decidiu então se dedicar aos cuidados e necessidade da criança. Posteriormente Silvia passou em um concurso público e voltou a trabalhar, depois que o filho já estava maior.



No que se refere ao filho de Olívia, logo que nasceu ele sofreu paralisia cerebral, mas a mãe nunca aceitou colocar seu filho em escola especializada, por acreditar que a deficiência era apenas física, sendo então necessário propiciar muitos estímulos para a criança, a fim de contribuir com o seu desenvolvimento. Isso de fato aconteceu, o filho de Olívia, mesmo tendo comprometido físico, conseguiu formar-se em medicina veterinária.

Sobre o mercado de trabalho, Olívia relatou que era professora há mais de vinte anos, atuou em vários segmentos da rede de educação, tanto pública quanto privada, e mesmo tendo condições financeiras, resolveu continuar trabalhando fora após o nascimento do seu filho.

Diante do exposto, ao explicar sobre a atividade profissional desempenhada, as quatro mães assim destacaram: “Eu trabalho no Tribunal de Justiça, faz quinze anos entrei como agente de serviços gerais, depois extinguiu o cargo e agora eu trabalho no setor de distribuição de processo” (Ana). “Eu sou Auxiliar de Serviços Diversos, trabalho há cinco anos nesta empresa e gosto muito do trabalho que desenvolvo” (Maria); “Trabalho na Secretaria de Justiça e faz um ano que estou trabalhando, pois tive que entrar na justiça para conseguir tomar posse no concurso, que já perfazia dez anos de realização” (Silvia). “Sou professora há vinte e sete anos” (Olívia).

Podemos perceber que as quatro mulheres tiveram apoio para voltar ao mercado de trabalho e para lidar com a deficiência dos filhos. No entanto, elas reconhecem que tiveram dificuldades inicialmente de lidar com a situação desconhecida e inesperada. Relatam que tiveram medo, incertezas e frustrações.

Na verdade a gente leva aquele primeiro susto, de saber que vai ter um filho especial, mas depois a gente vai levando, com as dificuldades, hoje é tranquilo (Ana).

Num primeiro momento é um choque, foi difícil, para mim não foi por ela ser especial, foi pela demora de saber, a descoberta. Na verdade ela nasceu e a comprovação do que era, com exames, foram exatos dois anos, foi comprovado esse atraso de tratamento (Maria).

Há o começo é difícil, lógico, você fica achando que não é verdade, eu acordava no meio da noite, parecia que meu coração ia parar de preocupada, em todos os sentidos. É uma surpresa em todos os sentidos, o nascimento dessa maneira, você não sabe o que vem, como lidar, você não tem uma certeza, dessa maneira. Então durante algum tempo eu sempre vivi angustiada, naquela expectativa. “Será que ele vai andar? será que ele vai falar?” Mas depois eu fui se adequando a situação, me acostumando e aceitando mais aquilo ali, até mesmo é o que o facilita a situação, o aceitar e lutar, porque o que vier é lucro e o que ele melhorar, eu tenho que comemorar (Silvia).

Foi um impacto, pois foi meu primeiro filho e eu era muito nova. Além de ter pouca compreensão sobre a deficiência a qual meu filho foi acometido (Olivia).

Torna-se evidente que inicialmente predomina um sentimento de angústia que permanece durante muito tempo, aliado também à falta de informação recebida no ato do diagnóstico da deficiência que foi acometida pela criança. Tal fato faz com que se torne ainda mais difícil lidar com a situação, no decorrer do processo evolutivo do filho com deficiência.

Têm início então a anos de confusão, medo, culpa, autopiedade. Desprezo por si mesmo. E as horas nos consultórios médicos, a espera, os intermináveis testes, diagnósticos e reavaliações. A falta de informação clara, as generalidades interpretativas, a má informação. As constantes pressões sem alívio, a ausência de babás para um pouco de descanso, os problemas familiares. As preocupações com o dinheiro, com as contas, as tensões acumuladas, as brigas. As incertezas, sentimentos confusos e assustadores, as frustrações normais de uma família e muitas outras. A sensação de inadequação ao ver seus filhos, a quem tanto amam, afastando-se cada vez mais do mundo "normal" que gostariam tanto de lhes dar (Buscaglia, 1993, p. 13).

Também se percebe que a tristeza e medo surgidos na fase do diagnóstico, com o tempo se transformaram em atitudes que visaram à superação das limitações das deficiências dos filhos, ficando claro que as mulheres entrevistadas possuíam um forte vínculo afetivo que resultaram em atitudes positivas em decorrência da melhoria das condições de vida da pessoa com deficiência.

Sobre as dificuldades em aceitar a deficiência do seu filho, uma das mães entrevistadas reconhece: "Tive muita dificuldade, mas depois fui aprendendo, com o tempo. A minha filha ficou um ano no hospital, só viram na hora do parto" (ANA). As outras três mães relatam que não tiveram grandes dificuldades: "Não, nenhuma dificuldade, foi difícil, mas sempre busquei tratamento, foi uma luta" (MARIA).

Não foi muita dificuldade não. A dificuldade foi no lidar com a situação, saber que a situação já existia e aceitar aquilo ali, aceitava, agora como é que ia lidar com aquilo, que eu tinha que trabalhar comigo, não tive aquele negócio de rejeição, ou "Ai meu Deus, por que isso aconteceu comigo?" tipo assim, isso não (Silvia).

Os processos de aceitação de um filho com deficiência poderão variar conforme cada família ou cada pessoa, podendo ocorrer de algumas pessoas, no momento do recebimento do diagnóstico, se dar conta da realidade do seu filho e então iniciar o processo de busca por alternativas que estimulem o desenvolvimento da criança. Assim, passam a aceitar a dificuldade como um fato consumado e inevitável. Já outras pessoas necessitam de mais tempo para

assimilar a situação, enquanto que outras poderão passar a vida toda reclamando, sentindo-se castigadas e incompreendidas, vivendo em completo isolamento (Buscaglia, 1993; Guerra *et al.* 2015).

Mediante os relatos das quatro mães entrevistadas, evidencia-se a dificuldade não de aceitar o filho, pois a criança já existe e não há como voltar atrás, mas as mães participantes se referem à dificuldade de lidar com a situação, pois não tinham “fórmulas” e nem conhecimentos sobre como deveriam agir. Algumas relataram receio de não saber como a sociedade trataria a criança, inclusive na escola, pois é comum haver algumas formas de discriminação, como menciona Szymansky *et al.* (2007).

Além do mais, a estrutura familiar também teve que ser reorganizada, devido a ter em casa uma pessoa com deficiência e, assim, as mães tiveram que mudar completamente a rotina e a realidade de suas famílias, para se adequar às necessidades especiais da criança. De acordo com Dantas, Neves, Ribeiro, Brito e Batista (2019, p. 2), “a convivência diária com uma criança com um quadro crônico, como as que são acometidas por deficiência múltipla, altera o funcionamento familiar e repercute diretamente nas condições de vida de seus cuidadores”. Acrescentam que “o ônus do cuidado recai fortemente sobre a genitora”.

Quando questionadas se as mães entrevistadas acreditavam que seria possível conciliar uma carreira profissional e a maternidade, mesmo tendo um filho com deficiência, as mães assim explicaram:

Para mim até hoje deu certo, porque meu serviço é só meio período, só trabalho seis horas, e o outro período eu posso ficar com ela, para as terapias, ela vai também para APAE e o horário que ela estuda e o horário que eu estou trabalhando, então graças a Deus o meu trabalho vem dando para conciliar (Ana).

É bem complicado, tem muitas dificuldades, que nem eu, por exemplo, não trabalho oito horas, eu trabalho quatro horas, só no horário que ela está na APAE, porque eu tenho certeza que ela está bem cuidada, de manhã ela está comigo e a tarde ela está na escola e eu estou trabalhando (Maria).

Acredito que sim, a gente tem que tentar levar a vida, o mais normal possível. É lógico que ainda mais que hoje existe a lei que dá esse amparo, você ter meio período pra ficar com seu filho e meio período para você trabalhar. E porque que existe isso? Na verdade é porque a pessoa precisa trabalhar, a sua vida, você só vai conseguir passar alguma coisa boa para seu filho, de repente sendo especial ou não, se tiver trabalhando, tiver de bem com você, não trabalhando, mais que esteja bem com você, se se realiza e tem contato com outras pessoas, trabalhando, produzindo... Eu por exemplo, depois que comecei trabalhar, minha paciência com eles ficou muito maior, isso é uma realização, estar trabalhando, estar produzindo..., ajuda muito a gente (Sílvia).

Com certeza... Minha vida com meu filho provou isso, pois hoje sou profissional realizada e meu filho também (Olivia).

Muitas mulheres, a partir do nascimento dos seus filhos, começam a viver de forma conflituosa, pois assumem muitas responsabilidades, se angustiando para poderem desempenhar os vários papéis a elas direcionados como mãe, esposa e trabalhadora, sempre procurando atender sua família e seu trabalho com muita dedicação, exigindo muito de si mesmas e trabalhando em seu psicológico, as perdas e os sacrifícios em prol de sua família (FONTENELE-MOURÃO, 2006).

Nos relatos das mães que participaram da pesquisa fica evidenciada a possibilidade de conciliar uma carreira profissional e a maternidade, mesmo sendo difícil, pois após se tornar mãe, a mulher se depara com uma variedade de atividades inerentes aos cuidados infantis, além de outras atribuições domésticas e do mercado de trabalho, mas ainda assim procuram desempenhar todas as funções com qualidade.

Quanto ao exercício da profissão, é preciso destacar que, diante de uma sociedade capitalista, existe a necessidade de sobrevivência e, mesmo se tornando mães, a maioria das mulheres precisa trabalhar para garantir o sustento do lar. Além do mais, a vida não para após o nascimento do filho com deficiência e, muitas vezes, as necessidades das crianças é que motivarão as mães a ingressar novamente no mercado de trabalho, para que possam proporcionar melhor qualidade de vida para sua família, principalmente para o filho com deficiência.

Por outro lado, diante da constatação de que o trabalho é importante para o ser humano, as mães buscaram, por meio do exercício profissional, uma forma de sobreviver, se sentir produtivas, se relacionar com outras pessoas no ambiente de trabalho, evitando assim ficar por muito tempo se dedicando apenas às necessidades dos filhos com deficiência. Em diversos momentos as mulheres entrevistadas destacaram que o fato de trabalhar fora contribuiu para o próprio bem-estar e conseqüentemente se sentiam melhor para cuidar dos seus filhos.

Nesse sentido, quando questionadas sobre o que representava reduzir suas atividades profissionais temporariamente, a fim de atender às necessidades do filho com deficiência, as mães se posicionaram da seguinte maneira:

Em certas fases, isso se faz necessário, pois depende do momento em que minha filha está com a saúde estável (Ana).

Para mim é gratificante, eu consegui essa escolha, não são todas que conseguem conciliar o trabalho com uma criança especial na escola, pra ter uma certeza que está sendo bem cuidada. Uma questão importante é a condição financeira, você poder pagar uma babá, uma pessoa, uma enfermeira para auxiliar, em muitos casos é complicado... Eu, graças a Deus consegui esse encaixe do

horário, mas faz pouco tempo, porque não ter com quem deixar, você fica na desconfiança, eles são indefesos. (Maria).

Eu precisava entender o meu filho, conhecer ele, no começo eu não conseguia passar a situação dele para outra pessoa cuidar, pois nem eu o entendia, por isso eu parei de trabalhar e voltei quando ele tinha oito anos (Silvia).

Considero necessário que em determinados momentos foi importante reduzir perspectivas pessoais para dar prioridade ao tratamento do meu filho (Olivia).

Evidencia-se que as quatro mães reconhecem a importância de reduzir suas atividades profissionais para acompanhar seus filhos, pois mesmo se tratando de um assunto que interferiu diretamente no seu aspecto emocional, elas conseguiram deixar de lado suas próprias necessidades, para se dedicar, por um determinado período, ao tratamento que seria importante para o desenvolvimento dos filhos com deficiência.

A priori, o efeito de ter um filho com deficiência intelectual é incerto sobre a decisão de participar do mercado de trabalho, assim como no número de horas alocadas na atividade. O tempo despendido no cuidado pode resultar na decisão de a mãe não trabalhar para se dedicar ao filho, enquanto elevados custos do tratamento podem levar a uma maior participação na força de trabalho (Soares; Barbosa; Coutinho; Rocco, 2020, p. 2).

De acordo com o referido autor, com o nascimento de uma criança com deficiência, as mães muitas vezes precisam reduzir suas atividades profissionais, pois têm dificuldades de inicialmente conciliar ambas situações: a maternidade e trabalhar fora. Assim, é importante que se aguarde um tempo para que as mães se reorganizem emocionalmente, entendam a situação e passem a aceitar a nova realidade de suas famílias. Durante esse período, o afastamento do mercado de trabalho muitas vezes se fez necessário, podendo ser uma escolha provisória, dependendo das condições financeiras da família e da necessidade das mães de voltar para o mercado de trabalho. Tal fato se dá porque, geralmente, "o cuidado materno dispensado à criança com uma condição crônica configura-se como uma tarefa exaustiva e geradora de sobrecarga, devido às inúmeras necessidades advindas da condição da criança" (Dantas et al. 2019, p. 2).

As mães também foram indagadas, sobre suas opiniões a respeito da Lei que permite a redução do horário de trabalho das servidoras públicas e se na visão delas, essa Lei poderia ser válida somente para as mulheres ou se seria vantajoso se houvesse a opção de escolha entre o pai ou a mãe para ficar mais tempo com o filho, com deficiência, e assim poder acompanhar em suas necessidades diárias. Diante do questionamento, as mães ponderaram da seguinte forma:

Agora tenho um pedido que eu vou entrar, agora, para reduzir mais horas ainda, se fosse uma lei que amparasse os dois o pai, ou a mãe, seria bom, mas como a mãe que acompanha mais em médico e nas terapias, e também somente o servidor público que tem direito e busca essa lei (Ana).

No meu caso é o próprio órgão que tem esse horário para a zeladora. Essa Lei poderia abranger as demais funcionárias do serviço privado, e não somente a mãe, mas também o pai (Maria).

Eu acho que sim, porque o pai tem que estar presente, tem que dividir isso com a mãe também, é uma situação em que você tem que estar junto com a criança pra você entender muitas coisas, então o pai também poderia ter, eu sei que é muito mais difícil, todo mundo fala. Assim é a mãe que sempre carrega isso com ela, essa responsabilidade maior que o pai. Acho que a lei viu só esse ponto, mas pelo direito, acho que o pai também tem esse direito, de estar presente e também é quase assim, um apoio para mãe, tipo estou aqui, mas eu tenho alguém do meu lado. Têm situações que não são tão complicadas, mas têm situações que é muito complicada, dependendo da deficiência da criança, às vezes é um médico que precisa levar..., então só quem vive é que sabe dizer o quanto seria importante ter alguém junto com ela, as vezes quem está fora, diz: "Imagina não precisa, mas quem vive sabe" (Silvia).

Com certeza pai e mãe (Olivia).

Cabe salientar, que as quatro mães tinham conhecimento sobre a Lei Estadual nº 1.656, de 18 de março de 1996 (MATO GROSSO DO SUL, 1996), e inclusive acreditavam ser importante que fosse estendida ao pai e aos demais segmentos trabalhista, não ficando restrita somente ao funcionalismo público. As mães sinalizaram que pessoas com deficiência continuam a nascer, em todas classes sociais, e as pessoas de baixa renda teriam maiores possibilidades de trabalhar e atender às necessidades das crianças com deficiência.

Além do mais, a Constituição Federal Brasileira, em seu Art. 227, considera que é dever da família e da sociedade assegurar às crianças, adolescentes e adultos com deficiências, o acesso à saúde, à alimentação, à educação (BRASIL, 1988). Assim, é importante que haja políticas públicas que garantam às famílias condições de cumprir os direitos das pessoas com deficiência, juntamente com a colaboração da sociedade.

Quando questionadas sobre se tiveram dificuldade em conseguir apoio da família ou da sociedade para o ingresso no mercado de trabalho, após ter um filho com deficiência, as participantes da pesquisa assim responderam:

Graças a Deus minha família me apoiou, minha sogra parou de trabalhar, quando eu fui chamada no concurso, pois eu tinha recém ganhado a minha filha, então estava muito aquela confusão toda de médico, aí e o médico disse se você tem a oportunidade [de ser concursada], pode assumir, porque você vai precisar. Aí ela, neste

exato momento, deixou o trabalho para cuidar da minha filha. Eu tenho um relacionamento maravilhoso com minha ex sogra e até hoje eu tenho ajuda dela, se não tem aula para minha filha, é ela quem fica com minha filha (Ana).

Da família não... Da sociedade em geral em tudo é complicado, falou que tem um filho especial é mesma coisa de uma funcionária que fala que tá grávida para o patrão, já é problema e pensa "Ela tem um especial e vai faltar quando ele ficar doente". É preconceito e isso é constante! O meu patrão ele me encaixou num horário que não vai atrapalhar quando eu preciso e a minha mãe e minha irmã que ficam com ela, só nessas duas que eu confio (Maria).

Não, ninguém nunca me cobrou nada com relação a trabalho. No começo para eu trabalhar fora, alguma coisa, a cobrança veio mais minha porque eu não queria ficar fechada no meu mundinho, que a gente se fecha, até mesmo porque a vida continua, te atrapalha isso, emocionalmente, você tem que progredir intelectualmente. E outra, o contato com outras pessoas lá fora te faz bem, se você ficar fechada, ninguém vai na sua casa, com filho especial não é toda hora que você consegue sair. Então se você tem contato lá fora, mais pessoas vão ter contato com seu filho, é uma coisa levando a outra. Que bom se todas as mães pudessem trabalhar, isso ajudaria muito, porque isso faz bem para a pessoa se sentir viva, poder se cuidar, ter prazer na vida, não é porque ela tem filho especial que a vida acabou (Sílvia).

Não tive dificuldades. (Olivia).

Ficou perceptível, conforme os relatos das mães, que o problema não estava em conseguir apoio da família para o ingresso no mercado de trabalho, pois elas conseguiram envolver seus familiares nas atividades de cuidado da criança com deficiência. Assim, a situação primordial seria a conciliação dessa situação, ou seja, de trabalhar fora e atender as necessidades da criança. Dessa forma, as mães desenvolveram habilidades para se adaptar à nova realidade e conseguiram superar os desafios de trabalhar fora e atender às necessidades dos filhos com deficiência.

A manutenção do equilíbrio familiar surge como condição essencial para promover e cultivar um bom relacionamento interpessoal no trabalho [...] o apoio familiar apresenta-se como essencial: tanto no incentivo à aceitação de novos desafios [apoio do marido e dos filhos], quanto no modelo ou parâmetro a serem seguidos pelas pessoas da família, da qual a pessoa descende, sobretudo da mãe (Fontenele-Mourão, 2006, p. 51).

Fontenele-Mourão (2006) enfatiza que o apoio da família tornar-se essencial, servindo como incentivo para vencer as dificuldades que surgem na vida dessas mulheres. Assim, muitas mães que receberam apoio de suas

famílias, desenvolveram uma postura profissional que lhes proporcionavam segurança no momento de retornar para o mercado de trabalho.

Ao ser indagadas sobre a necessidade de ter uma ajudante, ou uma pessoa que ficasse com o filho especial enquanto as mães trabalhavam fora, as quatro participantes da pesquisa assim destacaram:

Ela estuda na escola regular de manhã, vai para a APAE a tarde, quando não tem aula minha ex sogra fica com a ela e também minha filha mais velha, que me ajuda muito (Ana).

Quando eu preciso é a minha mãe e minha irmã que fica com ela, só essas duas que eu confio (Maria).

Tenho uma pessoa que me ajuda em casa, não com ele só, ela fica em casa, olhando eles, ela não tem responsabilidade de estimular, só acompanhar eles, para olhar ele e o irmão, para eles não ficarem sozinhos (Silvia).

No momento não, mas já precisei muito de profissionais de apoio (Olívia).

Somente uma mãe não apresentava necessidade momentânea de apoio, pois seu filho atingiu um nível de desenvolvimento que o permitiu ter alguma forma de independência. As demais mães, devido a dependência dos filhos, necessitavam de auxílio, tanto de profissionais da medicina quanto de pessoas que ficassem com as crianças, enquanto elas exerciam suas funções profissionais. Percebe-se assim que para que essas mães consigam voltar ao mercado de trabalho e ter tranquilidade para desempenhar suas funções com qualidade, é necessário que os filhos estejam bem, sendo então necessário escolher uma pessoa que cuide bem da pessoa com deficiência e transmita confiança para a família.

Observa-se também que muitas são as dificuldades que as mães e as famílias de crianças com deficiência enfrentam para conciliar os cuidados exigidos pela criança, com todas as outras atribuições, inclusive as profissionais. Para Pimenta, Rodrigues e Greguol (2010), o nascimento de uma criança com deficiência resulta em um grande choque, sendo necessário haver interações entre todos os membros da família e os possíveis cuidadores dessa criança.

Dessa forma, as mães participantes da pesquisa demonstraram que se desdobravam para conciliar as atividades profissionais com o atendimento das necessidades dos filhos com deficiência. Todas aparentavam ter preocupações e conhecimentos relativos à rotina de sua família, sendo as principais responsáveis pelos filhos com deficiência. As quatro mães entrevistadas entendiam que trabalhar fora era considerado uma experiência relevante, por terem a oportunidade de ter contato com outras pessoas, sem ter que ficar o tempo todo somente em contato com a deficiência e necessidades dos filhos.

Para finalizar a entrevista, as participantes foram orientadas a falar o que quisessem sobre a temática pesquisada. Então elas assim argumentaram:



Eu quero sintetizar, que eu acho que as mães não devem ficar preocupadas em ter uma aposentadoria, viver só dessa pensão de novecentos reais... tipo, não, eu posso trabalhar... isso faz muito bem para gente...Essa questão de você ficar só ali, em volta do filho... eu já conversei com outras mães que a cabeça da gente não fica legal... Então se você trabalha, você convive com outras pessoas... Você pode trocar experiências um com o outro, enquanto que você fica só nesse mundo dentro de casa, cuidando do filho, é perigoso ficar até com mais problemas ainda, do que quando se trabalha. Eu gosto muito do meu trabalho, pois é de lá que eu consigo as coisas para minha filha (Ana).

Eu queria deixar acrescentado a Lei da redução de carga horária, eu acho que temos que ver como funciona, eu acho que tem tantas mães que até tentam trabalhar, mas não dá para conciliar as oito horas, pelo menos quatro daria (Maria).

A mensagem que eu deixo é que uma mãe especial, se ela consegue encarar a situação dela com naturalidade, pedindo apoio para Deus, depende, com a religião que a pessoa tenha, o que ela acredita, mas ela tendo fé, teve esse amparo, a gente consegue levar a vida, a gente consegue ser muito feliz... Se a gente conseguir aceitar um filho especial, conseguir aceitar essa situação com naturalidade, você conseguiu chegar num patamar diferenciado, porque não é qualquer pessoa que consegue, porque é uma situação muito difícil [...] É muito diferente criar um filho especial de um que não tem problema nenhum, é muito diferente. Se você consegue superar, você se sente agradecida (Sílvia).

Gostaria de dizer que no meu caso, como mãe e professora, houve uma evolução entre a total incompreensão para a confirmação de que com conhecimento, confiança e perseverança as barreiras são superadas e tanto eu como meu filho pudemos ir além de todas as possibilidades. É só acreditar!! (Olívia).

Mediante o relato das mães, torna-se evidente que elas e suas famílias viveram e ainda vivenciam constantes desafios de superação, pois seus filhos foram se tornando adultos e suas limitações permaneciam. Porém, as dificuldades apresentadas pelos filhos não desestimularam suas mães e, apesar da rotina desgastante, elas resolveram voltar para o mercado de trabalho e provaram para si mesmas e para a sociedade que quem tem força de vontade, confiança e perseverança, são pessoas capazes de superar várias barreiras.

Em geral, essas mães, são fortes, persistentes, sensíveis, inteligentes. Partilhei de suas frustrações, desesperanças e sentimento de desamparo. Também vivenciei suas alegrias, triunfos, crescimento, espanto e descobertas pessoais [...] Quase diariamente fazia-me a mesma pergunta: "Por que essas pessoas nasceram para carregar sozinhas o seu fardo?" "Por que nós profissionais éramos tão insensíveis às suas necessidades?", "Por que, na realidade, puséramos barreiras em seus caminhos?", "Por

que ofereceram um apoio tão limitado, alternativas tão pouco criativas, elogios tão escassos?" [...] É lamentável que o tempo não tenha dado muitas respostas a estas perguntas ou soluções para essa lastimável situação (Buscaglia, 1993, p. 14).

De acordo com o autor, depois de uma longa caminhada frente ao atendimento às famílias e aos seus filhos com deficiência, ele passou a entender essas mulheres por outro ponto de vista, percebendo que, de um modo geral, as mães são mulheres fortes, persistentes e ao mesmo tempo sensíveis e inteligentes no agir e nos cuidados para com suas famílias.

## 6. Considerações finais

Com a construção deste estudo, que se refere à vivência da maternidade de um filho deficiente e o exercício de uma atividade profissional, foi possível compreender que o momento da confirmação do diagnóstico da deficiência do filho foi considerado ponto crucial para a família, e em especial para a mulher, pois enquanto mãe, normalmente é ela que se dedica com maior intensidade aos cuidados da criança. Diante dessa realidade, as mulheres se depararam com diversos sentimentos, algumas vezes contraditórios, outras vezes prazerosos, mas que não foram capazes de fragilizar a experiência dessa maternidade.

Tais desafios, contudo, não exerceram influências negativas na vida das mulheres entrevistadas, visto que elas aceitaram as diferenças dos seus filhos e foram à luta, voltaram a estudar, envolveram sua família nos cuidados dessas crianças, buscaram apoio na medicina, ou de outras pessoas para ajudar a cuidar dos seus filhos com necessidades especiais. As mães demonstraram que lutaram e continuam lutando contra o preconceito, sendo que tal fato foi explicitado pela tentativa de inserir seus filhos em escolas de ensino comum.

Independentemente de qualquer situação, essas mães, com o tempo e devido às necessidades pessoais ou financeiras, se inseriram no exemplo de superação, pois mesmo sendo mães de filhos com deficiência, conseguiram conciliar as atribuições maternas com as exigências do mercado de trabalho, buscando desempenhar todas as funções com qualidade.

Além do mais, para as mães entrevistadas, a possibilidade de trabalhar fora de casa era entendida com uma forma de obter o equilíbrio emocional, se sentir bem consigo mesmas, se manter produtivas e em contatos com outras pessoas. Esse bem-estar era considerado importante para cuidar dos filhos com deficiência e atender as necessidades de toda a família.

Por meio da pesquisa realizada, evidenciou-se que as mães comentaram sobre seus processos de superação e conquistas, sinalizando que é possível encarar os problemas, buscando alternativas para melhorar a vida da criança com deficiência, sem deixar de se preocupar consigo mesmas, visto que precisam estar bem para encarar a realidade e os desafios da vida pessoal e profissional.

## REFERÊNCIAS

BARBOZA, Júlia Cunha; GONÇALVES, Josiane Peres. As múltiplas jornadas de mulheres universitárias: uma análise a partir das implicações da educação feminina. **Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação**, Juiz de Fora, v. 24, n. 3, p. 796-812, set./dez. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 21 mar. 2022.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais.** São Paulo: Record, 1993.

DANTAS, Kaliny Oliveira; NEVES, Robson da Fonseca; RIBEIRO, Kátia Suely Queiroz Silva; BRITO, Geraldo Eduardo Guedes de; BATISTA, Marcia do Carmelo. Repercussões do nascimento e do cuidado de crianças com deficiência múltipla na família: uma metassíntese qualitativa. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 6, p. 1-19, 2019.

FONTENELE-MOURÃO, Tânia Maria. **Mulheres no topo de carreira:** flexibilidade e persistência. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. p. 12-52. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/pesquisa/mulheres-no-topo-de-carreira-flexibilidade-e-persistencia> Acesso em: 23 fev. 2022.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista De Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GUERRA, Camilla de Sena; DIAS Maria Djair; FERREIRA FILHA, Maria de Oliveira; ANDRADE, Fábila Barbosa de; REICHERT, Altamira Pereira da Silva; ARAÚJO, Verbena Santos. Do sonho a realidade: vivência de mães de filhos com deficiência. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 459-466, abr./jun. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2007, p. 443-481.

MANZINI, Eduardo José. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-157, 1990/1991. Disponível em: [www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Entrevista\\_na\\_pesquisa\\_social.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Entrevista_na_pesquisa_social.pdf) Acesso em: 13 fev. 2022.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 1.656, de 18 de março de 1996.** Autoriza o afastamento de servidoras, mães de excepcionais, para fim que menciona e das outras providências. Disponível em:



<http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/448b683bce4ca84704256c0b00651e9d/ec772c5c5ca80b1a04256e450002eb97?OpenDocument> Acesso em: 23 fev. 2022.

PIMENTA, Ricardo de Almeida. RODRIGUES, Luiz Alberto; GREGUOL, Márcia. Avaliação da qualidade de vida e sobrecarga de cuidadores de pessoas com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 14, n. 3, p. 69-76, 2010.

PROBST, Elisiana Renata; RAMOS, Paulo. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Santa Catarina: Instituto Catarinense de Pós-Graduação, p. 1-8, 2003. Disponível em: <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf> Acesso em: 05 fev. 2022.

SOUZA, Solange de Cassia Inforzato de; FERNANDES, Larissa da Silva; GOMES, Magno Rogério. Evidências da discriminação salarial de gênero em diferentes contextos macroeconômicos no Brasil. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 19, n. 1, p. 241-268, 2022.

SOARES, Ricardo Brito; COUTINHO, Luciana Nunes; BARBOSA, Wesley de Freitas and ROCCO, Leandro. O efeito de filhos com deficiência intelectual na oferta de trabalho das mães no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 37, e0133, p. 1-22, 2020.

SZYMANSKY, Maria Lídia; GONÇALVES, Josiane Peres; DAMKE, Anderléia Sotoriva; KLIEMANN, Marciana Pelin. O Bullying no contexto escolar: a omissão da escola. VIII Congresso Nacional de Educação EDUCERE e III Congresso Ibero-Americano Sobre Violências na Escola – CIAVE. **Anais...**, Curitiba: PUCPR, 2007.

Recebido em: 20 de janeiro de 2023.

Aceito em: 10 de junho de 2023.

Publicado em: 03 de janeiro de 2024.